

CARTA PASTORAL DOS BISPOS DA IGREJA EPISCOPAL ANGLICANA DO BRASIL
POR OCASIÃO DO DIA DE SÃO JERÔNIMO, PRESBÍTERO E MONGE EM BELÉM E
EM PREPARAÇÃO AO MÊS DAS VOCAÇÕES, OUTUBRO DE 2004.

***“Trazei todos os dízimos ao Templo
para que haja mantimento em minha Casa.”***
(Mt.3,10a)

SAUDAÇÃO

1. Ao reverendo clero e a todos os irmãos e irmãs, paz e bem!
2. Queremos, confiantemente, partilhar com todo o povo da Igreja um assunto que sobremodo nos tem preocupado: a precariedade financeira de nossa Igreja, resultando, supomos, de nossa enfermidade espiritual.

MANDAMENTO BÍBLICO

3. Todos os assuntos da vida da Igreja têm como referência final as Santas Escrituras.
4. No Antigo Testamento, as ordenanças sagradas prescreviam a oferta de dízimos (Gn. 14.20; 28.22; Mt. 3.8-10) e de primícias (Ex. 23.19; Lv. 23. 9-14;Dt. 26.1-11) para sustento da Casa de Deus, manutenção de Seus ministros (Nm. 18.20-24) e socorro solidário às pessoas pobres (Dt. 14.22-29;).

No Novo Testamento, não temos mandamento explícito sobre o dízimo. Não porque se pense em abolí-lo, ou se queira estar aquém desse preceito. É que a mentalidade do Novo Testamento é promover o amor como motivação de todos os gestos da vida. O povo cristão não deve necessitar de uma lei que o mova a ofertar. O amor deve ser suficiente para motivá-lo a agir. O ideal é ainda mais exigente. O amor deve levar a partilhar a vida e os bens. Não só dez por cento, mas tudo, “conforme decide no próprio coração” (isto é, por amor). É o que vemos nos evangelhos (Mc. 10.17-31 e Lc. 19,1-10), bem como no livro dos Atos dos Apóstolos (At. 2.42-47; 4.32-37) e nas Cartas dos Apóstolos (II Cor. 8-9).

AUTONOMIA

5. Em 25 de abril de 1965, a então Igreja Episcopal do Brasil (IEB) solicita à Igreja Episcopal dos Estados Unidos da América (ECUSA) sua emancipação, ou seja, sua autonomia administrativa e financeira da Igreja da qual vieram os primeiros missionários em 1890. Em abril de 2005, faremos 40 anos de “autonomia” e precisamos admitir que ainda falta muito para que essa autonomia se consolide.
6. 40 é um número bastante significativo para o povo cristão: 40 anos foi o tempo em que Moisés e o povo de Israel caminharam no deserto a procura da terra prometida; 40 foram os dias em que Jesus ficou orando no deserto antes de iniciar o Seu ministério. Nesses 40 anos de “autonomia” como um tempo de travessia no deserto, aqui e acolá encontramos alguns oásis e vivemos comodamente situações de sustento de muitos de nossos projetos e nossas atividades, sob o patrocínio tanto da própria ECUSA quanto de outras Províncias da Comunhão Anglicana, como Canadá, Escócia e Inglaterra; e até de agências missionárias internacionais (USPG e SAMS).
7. Aproximando-nos do final desses 40 anos, deparamo-nos com a dura realidade do deserto: não temos recebido mais dinheiro do Exterior como antes e cada vez mais é-nos dada a certeza de que não nos preparamos para essa realidade e precisamos assumir nossa Igreja mais do que nunca.

RESPONSABILIDADE CRISTÃ

8. Como escrevemos na Carta Pastoral sobre Responsabilidade Cristã, por ocasião da Páscoa de 2003, “*Responsabilidade vem de resposta. Ou seja, é a capacidade e o dever de responder*”¹. Por isso contamos com a resposta de cada membro da IEAB, para que consigamos dar início a saída do deserto para chegar à terra prometida: viver como Igreja Episcopal Anglicana do Brasil com o nosso próprio sustento.
9. Portanto, clérigos e clérigas da IEAB, que em conjunto assumamos nossa tarefa de instruir todo o povo quanto ao significado do ministério cristão sem qualquer tabu, falando da doação do tesouro (dinheiro) do mesmo modo como devemos falar dos talentos (dons) e do tempo. Pois como também já dissemos antes “Sendo **tudo obra de Deus**, nada é profano e nada é ímpio”². Assim sendo, falemos do dinheiro como algo que também é sagrado.
10. Quanto às pessoas leigas da nossa IEAB, lembramos igualmente a necessidade de oferta do tempo, talentos e tesouro de cada qual, como uma expressão de gratidão a Deus por todas as coisas que Ele nos dá. “Nossa resposta brota do sentimento de **gratidão pelo DOM**, pois “TUDO É GRAÇA”.³ Portanto, falar em dinheiro é falar sobre o sustento do trabalho missionário no cumprimento da tarefa que nos foi confiada desde o Batismo. E se de fato acreditamos que “tudo na Igreja deve ser evangelístico”, busquemos conjuntamente compreender que através de nossos dízimos e ofertas, estamos investindo na obra missionária de fazer Jesus Cristo conhecido e o Reino de Deus anunciado.

MINISTÉRIO CRISTÃO

11. Nossos Cânones Gerais, quando trata “Dos Deveres dos Presbíteros”⁴, lembram-nos que na compreensão do que é o ministério cristão, estão “*a consistente e generosa doação do tempo, talentos e tesouros, para a missão e ministério da igreja em caso e fora de caso*” e “*a manutenção do padrão bíblico quanto ao dízimo nas contribuições financeiras*”⁵. Mas o dízimo não como um tributo, mas como oferta comprometida com o sustento da Igreja.

DÍZIMO

12. O dízimo é uma maneira concreta de expressar a fé em Deus providente, um modo de viver a esperança em Seu Reino de vida e justiça, um jeito de praticar o amor na vida em comunidade. Portanto, a prática do dízimo é um ato de fé, esperança e amor. Aprendemos da Bíblia, conforme o profeta Malaquias, que o Senhor nosso Deus reclama do povo a oferta do dízimo e lhe faz a ousada proposta de fazer a experiência do dízimo como sinal de confiança nas graças que somente Ele pode dar. Diz o Senhor:
“Vocês perguntam: Em que Te enganamos? No dízimo e na contribuição. Vocês estão ameaçados de maldição, e mesmo assim estão me enganando, vocês e a nação inteira. Tragam o dízimo completo para o Templo para que haja mantimento na minha Casa. Façam essa experiência Comigo. Vocês hão de ver, então, que abrirei as comportas do céu e derramarei sobre vocês as minhas bênçãos de fartura” (Ml.3.8-10).

¹ Carta Pastoral dos Bispos da IEAB sobre Responsabilidade Cristã – Páscoa 2003, 20 de abril de 2003.

² Idem.

³ Idem.

⁴ Entenda-se também os deveres dos diáconos, conforme o Capítulo III, Cânon 11, Artigo 1º, alínea “b) colaborar com o ministério episcopal e presbiteral”.

⁵ Capítulo III, Cânon 12, Artigo 2º, alíneas b e c.

ATUAL CONJUNTURA FINANCEIRA

13. É preciso que admitamos que a falta crônica de dinheiro em nossas comunidades, dioceses e em toda a Província é conseqüência da ausência de uma prática didática e comprometida do dízimo. Talvez queiramos esconder essa verdade quando dizemos que a falta de dinheiro na Igreja se deve à crise econômica que afeta todo o mundo, atingindo também nosso povo da Igreja. Mas é preciso que assumamos nosso egoísmo, nossa mentalidade muitas vezes consumista de quem não está consciente da responsabilidade cristã assumida no Batismo no cumprimento do ministério cristão. Talvez possamos dizer que o problema não está no bolso, mas sim no coração de cada qual de nós. Pois como bem escreve nosso irmão São Mateus: *“... onde está o teu tesouro, aí estará também o teu coração”* (Mt. 6.21).
14. O dízimo não é uma questão de sobra ou falta de dinheiro, mas é uma questão genuinamente de fé, um ato de esperança e amor, de oferecimento de quem tem consciência de que tudo provém de Deus e que no ato de dizimar tem-se o gesto de devolver uma parte do que Deus confiou a cada qual de nós.

SOMOS UMA PROVÍNCIA

15. Precisamos acender em nós a consciência de que somos uma Província, parte da Comunhão Anglicana no mundo. E como Província brasileira, somos oito dioceses e dois distritos missionários. Portanto, se uma dessas áreas de jurisdição provincial (diocese ou distrito missionário) está em dificuldades, isso se reflete na vida de toda a Província brasileira.
16. Nossa estrutura eclesial compreende a Província, que se divide em dioceses e distritos missionários: paróquias, missões e pontos de pregação/evangelização.
17. Cada diocese e distrito missionário contribui com o todo que somos todos nós através de uma cota diocesana ou distrital. É com essa cota que se mantém o escritório provincial, que está a serviço de toda a IEAB. Mas quando qualquer um/a de nós não cumpre responsabilmente o ministério cristão, isso se reflete no todo. Toda vez que alguém não contribui financeiramente com a sua comunidade, sua comunidade atrasa seu compromisso com a diocese ou distrito missionário, que por sua vez atrasa seu compromisso com a Secretaria Geral da IEAB.

O QUE FAREMOS?

18. Sabemos que muitas de nossas paróquias, missões e pontos de pregação/evangelização já têm assumido a prática do dízimo a partir de estudos bíblicos. E bem sabemos que onde isso tem acontecido, tem-se conseguido bons resultados.
19. Conclamamos toda a IEAB, cada membro, clérigo ou leigo, a engajar-se numa Campanha Permanente de conscientização da necessidade da prática do dízimo como uma expressão de conversão e fé.
20. A Secretaria Geral da nossa IEAB preparou alguns materiais que certamente nos auxiliarão a refletir mais seriamente sobre a prática do dízimo em nossa vida cristã. Faz parte desse material:
 - Subsídio histórico-bíblico sobre o Dízimo;
 - Subsídio histórico sobre o Ofertório;
 - Subsídio histórico sobre a Autonomia da IEAB.Em novembro/dezembro estarão disponíveis seis estudos bíblicos sobre Dízimo para ser usado no Avento.
Acesse o site www.ieab.org.br e cumpra sua parte!

CAMPANHA PERMANENTE DE SUSTENTO DA IGREJA – FUNDO PROVINCIAL DE MISSÃO

21. Durante este mês de outubro, Mês das Vocações, toda a IEAB está sendo chamada a participar do lançamento da Campanha Permanente de contribuição para o sustento da Missão, uma iniciativa da Secretaria Geral para que tenhamos um Fundo Provincial de Missão, com intenção de investimento na expansão da Província brasileira, para que a partir de 2005, nos 40 anos de autonomia da IEAB, tenhamos nossos próprios recursos para continuarmos a tarefa que nos foi confiada nessa terra que é o Brasil.
22. Finalizando, queridos irmãos e irmãs, escutemos atentamente e guardemos no coração os ensinamentos:

“Trazei todos os dízimos ao Templo para que haja mantimento em minha Casa.”
(Mt.3,10a)

Porto Alegre, 30 de setembro de 2003.
Jerônimo, Presbítero e Monge em Belém, 420.

Câmara dos Bispos da Igreja Episcopal Anglicana do Brasil

AUTONOMIA - QUARENTA ANOS

Rev. Oswaldo Kickhöfel⁶

Éramos para ser uma igreja autônoma e independente desde o início, mas esse sonho ainda não se realizou completamente, talvez porque originalmente a idéia fosse estrangeira. Há muitos sinais na história de nossa igreja que permitem afirmar que a autonomia foi um processo em marcha lenta.

Por que a autonomia levou tanto tempo para se consolidar? Um dos fatores que talvez explique esse lento processo é que os programas de emancipação financeira estavam baseados exclusivamente na contribuição voluntária dos paroquianos.

Quando leio os editoriais do *Estandarte Cristão* sobre autonomia, fico com a impressão de que o problema estava apenas nos leigos, e esses não contribuíam o suficiente para o sustento próprio. Parecia que o clero lavava as mãos. Não havia menção de projetos ou programas para obtenção de recursos em fontes alternativas, como investimentos, por exemplo.

1890 - No início, os missionários estavam sob a jurisdição eclesiástica do bispo da Diocese de Virgínia com o apoio da Sociedade Missionária Americana.

1893 - Desde a visita do bispo George William Peterkin, a questão do sustento próprio já estava presente na preocupação dos dirigentes da igreja. Segundo o bispo Peterkin, era importante que ficasse gravado no espírito dos convertidos a idéia de que a igreja era deles, e que eles tinham também uma parte na sua direção e sustento. A missão brasileira devia preparar sua própria liderança nacional. “Se desejamos ter uma igreja nacional, não haverá nenhuma vantagem em ter agentes nativos de quem dependeríamos para implantar uma política americana. Essas pessoas serão mais eficientes se forem treinadas no lugar onde irão desempenhar seu trabalho. Não desejamos separá-las de seu contexto social e de seu povo” (*The Echo, December 1893, vol. I, n° 4, p. 3*). Peterkin estava vislumbrando uma igreja nacional e independente. Os ministros nacionais deviam ser sustentados por seu próprio povo, porque só assim seria possível estabelecer uma igreja verdadeiramente nacional e independente.

Entusiasmado com o conselho do bispo, o redator do jornal da igreja escreveu: “Sejam cuidadosos para não perder o espírito de independência, tornando-nos como parasitas, dependentes para sempre das forças dos outros. Nada arreceia mais um homem do que ser dependente. A caridade indiscreta tem sido a causa da degeneração de muitos pobres. O constante sustento por donativos estrangeiros tem causado em muitas igrejas um lamentável estado de inércia e indiferentismo” (*Estandarte Cristão, novembro de 1893, p. 1*).

Na convocação de 1894, foi discutida a contribuição para os diáconos. Assunto polêmico e sem unanimidade. O diácono Vicente Brande havia proposto que o dinheiro que sobrava do ordenado dos diáconos fosse recolhido numa caixa comum, denominada Caixa das Missões Nacionais, para ser usado quando necessário. Foi o embrião da Sociedade Missionária fundada em 1898, por proposta do Rev. Américo Vespúcio Cabral, com o objetivo de educar e sustentar o clero nacional.

1897 - A Conferência de Lambeth havia recomendado que a autonomia e sustento próprio de uma igreja deviam estar ligados a um bispado nacional que, em regra geral, seria concedido às igrejas nacionais que estivessem financeiramente independentes. Nunca se deveria designar um ministro ou um bispo para uma determinada igreja ou região sem antes ter a certeza de que a congregação tem condições de sustentá-lo. Assim se obteriam duas coisas ao mesmo tempo: os membros da igreja seriam ensinados a se

⁶ Presbítero aposentado da Diocese Meridional que esteve a serviço da Sede Provincial da IEAB durante mais

tornarem independentes e os fundos estrangeiros poderiam ser usados para missões em países pagãos.

- 1898 – Seja como for, as tentativas para alcançar o sustento próprio eram incipientes. A primeira iniciativa concreta nesse sentido foi a criação de uma sociedade missionária, proposta pelo rev. Américo Vespúcio Cabral, seguindo o modelo da igreja americana. O objetivo era educar e sustentar os pregadores nacionais. Duas capelas (Redentor em Pelotas e Calvário em Santa Rita) passaram a pagar 25 mil réis (seis dólares na época) para ajudar no sustento dos respectivos diáconos (Antônio Machado Fraga e Boaventura de Souza Oliveira). A importância era pequena, mas o gesto era muito significativo, porque representava o primeiro passo no longo caminho do sustento próprio.

Nos primeiros anos, as contribuições dos brasileiros eram usadas para pagar as despesas gerais da missão. A Sociedade Missionária queria que o dinheiro dos brasileiros fosse aplicado exclusivamente no sustento do clero nacional. Assim, por um acordo, as capelas brasileiras iniciaram uma nova forma de contribuir para o sustento dos ministros nacionais. O alcance desse acordo foi inestimável, porque significou o início de um processo que levaria a igreja ao sustento próprio, mas que infelizmente só veio sete décadas e meia depois, ou seja, em 1965.

- 1904 - Havia uma relação entre o sonho do sustento próprio e o paroquialismo. O bispo Lucien Lee Kinsolving estava preocupado com esse problema. Ele achava que, mesmo tendo sua própria esfera de atuação, uma paróquia estava ligada ao sucesso ou ao fracasso das outras paróquias. O ministro era ordenado ministro da igreja e não de uma determinada paróquia. A paróquia era apenas um incidente transitório em sua vida, mas a igreja era permanente e exigia a mais alta lealdade. As congregações espalhadas pelo país eram apenas partes de um organismo maior.

- 1905 - ***Transferência para o Board of Mission.*** Gestões foram feitas para que a Diocese de Virginia e a Sociedade Missionária Americana transferissem para o Departamento de Missão (Board of Mission) a responsabilidade pela missão no Brasil. A mudança foi financeiramente vantajosa para a missão brasileira, mas sua situação eclesiástica continuava incerta. A missão brasileira era considerada uma igreja estrangeira e o bispo Kinsolving continuava sendo um bispo de missão estrangeira. Havia a necessidade trazer a missão brasileira para o seio da igreja americana. O próximo passo era transformar a missão brasileira em distrito missionário.

- 1907 - ***Distrito Missionário.*** Embora tivéssemos nascido no Brasil como uma igreja autônoma, a carência de meios materiais que permitissem mais desenvolvimento, fez com que a missão brasileira solicitasse o *status* de distrito missionário. Isso foi feito e aprovado pela Convenção Geral.

“Nós, abaixo assinados, clérigos e leigos da Igreja Episcopal Brasileira, reunidos em concílio anual, na cidade de Bagé, Estado do Rio Grande do Sul, Estados Unidos do Brasil, crendo que os interesses e o desenvolvimento da dita igreja podiam ser mais adiantados por aceitarmos o status de missão da Igreja Episcopal Protestante dos Estados Unidos da América, vimos por este fazer uma petição à Convenção Geral, a reunir-se em outubro próximo, na cidade de Richmond, Virginia, Estados Unidos da América, que o status acima mencionado seja concedido à Igreja Episcopal Brasileira, contanto que as prerrogativas atualmente gozadas pela mesma sejam ressaltadas e guardadas”.

O bispo Kinsolving então resignou ao cargo de bispo da missão brasileira, terminando dessa forma a existência dessa igreja como corporação independente, e a Convenção Geral criou o Distrito Missionário do Brasil Meridional e elegeu o bispo Kinsolving como o primeiro bispo missionário no Brasil. Essa formalidade sepultou o sonho da autonomia por mais de sete décadas.

- 1917 - A Paróquia (hoje catedral) do Mediador de Santa Maria se emancipa. O significado desse fato pode ser melhor avaliado quando lembramos que uma congregação inglesa de Montevidéu, com mais de cem anos, há pouco havia antecipado apenas uma parte de seus recursos para os sustento paroquial. No Chile, as missões metodistas ainda eram sustentadas pelos irmãos americanos. Em flagrante contraste estava a congregação de Santa Maria, dando importante passo no caminho do sustento próprio. O bispo Kinsolving considerou essa emancipação como o fato mais assinalado de seu episcopado.
- 1920 - Emancipação da Paróquia da SS. Trindade, Porto Alegre.
1923 - Emancipação da Paróquia do Redentor, Pelotas.
- 1934 - **Redução de despesas.** Thomas recebeu instruções do Departamento de Missão da igreja americana para reduzir despesas. No relatório que apresentou ao concílio de 1934, o bispo informou aos conciliares que havia feito, mais uma vez, uma redução de 10% em todos os ordenados e um desconto adicional de 10% em todos os ordenados dos missionários, reduzindo também a verba para despesas de viagem, imprevistos, Ginásio Cruzeiro do Sul, Seminário Teológico, concílio e outros itens. As reduções importaram em mais ou menos 25% das despesas da igreja. Segundo o bispos, essas medidas se tornaram necessárias devido a situação financeira mundial. (*Atas do 36º Concílio, 1934, p. 54*)

Por iniciativa do bispo Thomas, foi criado pelo concílio o **Fundo de Sustento do Clero Nacional**. Era administrado por uma Junta Administrativa, que determinava a quantia pela qual a igreja brasileira se responsabilizava pelo pagamento do ordenado do clero, fazendo as reduções correspondentes ao valor votado pela igreja americana. O concílio de 1936, apoiou a criação do fundo, mas lembrou que ele estava adstrito ao clero e não envolvia os leigos e, portanto, pedia uma propaganda mais agressiva nesse sentido. Em 1933, a igreja brasileira pagava 17% do ordenado do clero; e em 1936 participava com 26%.

- 1944 - No concílio, o bispo Thomas se manifestou novamente sobre salários, porque o clero havia pedido aumento salarial. No pensamento do bispo, esse aumento tinha de vir das paróquias. Se viesse de outras fontes, adiaria o dia da emancipação e aumentaria o espírito de dependência. Thomas insistia no aumento das contribuições regulares dos paroquianos. Segundo o bispo, o clero devia merecer tanta confiança e ser tão abnegado no trabalho que seu exemplo ficasse refletido na congregação. Embora nem sempre fosse assim, o bispo defendia a pobreza evangélica (pelo menos para os clérigos nacionais, porque os missionários americanos recebiam salários em dólares e pela tabela da igreja americana). O bispo chegou a escrever em seu relatório: “Ai do ministro que reclama mais do que a sua congregação pensa que ele merece. Irmãos do clero, não sejais comodistas! Não reclameis mais do que é necessário! Cumpri bem o vosso ministério e tende certeza de que Deus proverá” (*Atas, p. 30*).
- 1948 - Lançada campanha em favor do sustento próprio e reorganizada a Sociedade Missionária para manter financeiramente o trabalho da igreja no Brasil, promover o sustento do clero, dos obreiros leigos e instituições de caráter educativo e filantrópico. Segundo o bispo Egmont Machado Krischke, “a solução do sustento próprio não

dependia só do concílio; dependia principalmente do povo da igreja, das contribuições regulares que são feitas às juntas paroquiais que irão ditar as quotas para a Sociedade Missionária que, por seu turno, é quem estabelece e paga os ordenados dos ministros. Qualquer demora terá que partir daqueles que estão recebendo as bênçãos que lhes são veiculadas pelo ministério da Palavra e dos Sacramentos” (*Estandarte Cristão*, 15 de julho de 1949, p. 2).

1950 - **Divisão em dioceses.** O antigo sonho foi parcialmente resgatado com a divisão em três dioceses. As necessidades mais prementes na época eram: mais seminaristas, mais templos, mais capelas, mais escolas, mais ministros. Assim como a escolha de bispos dependia da igreja americana, a mesma dependência se aplicava à divisão do distrito em dioceses. A luta foi tão longa e penosa quanto a obtenção do primeiro bispo nacional. A idéia de novas dioceses começou em 1934, mas só conseguiu apoio do concílio em 1940, tendo sido concretizada dez anos depois.

No concílio de 1945, o clero do Rio de Janeiro apresentou e reivindicou cinco pontos, que contribuiriam para a divisão do distrito:

1. Não queriam mais contribuir para as igrejas e instituições do sul;
2. Queriam criar sua própria diocese;
3. Queriam resolver seus próprios problemas sem a interferência das igrejas do sul;
4. Consideravam que suas atividades já estavam suficientemente desenvolvidas para se subordinar ao grupo maior que estava no sul;
5. Tinham condições de atender suas instituições assistenciais.

Em resumo, queriam fazer as mesmas coisas que faziam as igrejas do sul, com uma diferença: o dinheiro arrecadado devia ser aplicado na região onde era obtido. Não se recusavam a colaborar com as paróquias do sul, pois se consideravam membros da mesma igreja. Mas dispendo de poucos recursos, não queriam contribuir para as mesmas finalidades em duas regiões e ao mesmo tempo.

1950 - Divisão do Distrito Missionário: Meridional, Sul Ocidental e Central.

Os principais pontos do plano:

- **bispos** eleitos pela igreja brasileira, mas homologados pela ECUSA;
- **Sínodo** (poder legislativo) a cada 3 anos com representantes laicos e clericais;
- **concílios** anuais nas dioceses;
- **cânones** nacionais e diocesanos em conformidade com a igreja americana;
- **representante** da igreja americana;
- **bispo presidente** eleito pelo Sínodo por 3 anos;
- **Conselho Nacional** (poder executivo), formado por três bispos, um clérigo e um leigo de cada diocese), incumbido de organizar o orçamento, fixar as contribuições das dioceses e os recursos solicitados à igreja-mãe. A salvação estava no dízimo. O Conselho Nacional era o órgão executivo credenciado pela Convenção Geral para representar a igreja brasileira. A ECUSA acreditava que o Conselho Nacional seria o poder executivo quando fosse oportuno conceder a autonomia, daria unidade ao trabalho no Brasil, exerceria a supervisão administrativa das instituições, elaboraria e distribuiria o material didático para a escola dominical e promoveria o trabalho assistencial e os programas missionários em áreas ainda não atingidas.

Era presidente do Conselho Nacional e também diretor do Departamento de Instituições o bispo Louis Chester Melcher, conforme decisão da Convenção Geral, segundo a qual todas as instituições da igreja brasileira deviam ficar sob sua jurisdição, até que o bispo presidente da igreja

americana declarasse que o Conselho Nacional tinha condições de assumir a responsabilidade das instituições. Foram criados cinco departamentos, subordinados ao Conselho Nacional:

1. Educação Religiosa
2. Assistência Social
3. Propagação
4. Finanças
5. Instituições

Entretanto, os recursos financeiros, que faziam a máquina funcionar, continuavam vindo da igreja americana. Os bispos brasileiros pediram maior flexibilidade na aplicação desses recursos, principalmente os saldos provenientes da diferença cambial. Mas o pedido foi recusado, sob a alegação de que nem os distritos domésticos desfrutavam desse privilégio. Tal concessão só poderia ser outorgada se a igreja brasileira se tornasse autônoma, mas autonomia significava sustento próprio, e a igreja ainda não estava preparada para assumir todas as despesas de manutenção e expansão.

1951 - ***Necessidade de Emancipação.*** Os bispos brasileiros receberam instruções da igreja americana, no sentido de que “os distritos missionários fizessem ingentes esforços visando sua emancipação financeira, em vista da grave e incerta situação internacional”. A carta era assinada pelo bispo John Bentley, diretor do Departamento de Missões Estrangeiras e vice-presidente do Conselho Nacional da Igreja Episcopal do Estados Unidos.

1961 - Estudo do Rev. Joseph Moore, diretor executivo da Divisão Geral de Pesquisa e Estudo do Campo Missionário. Ele e sua equipe realizaram um levantamento detalhado da situação das paróquias, missões e instituições da igreja brasileira. O diagnóstico produziu um volumoso *dossier* formado por quatro grossos volumes, incluindo

- descrição da área servida pela paróquia
- mapa da região
- outras igrejas existentes na região
- recenseamento das famílias
- escolas
- indústrias
- comércio
- aspectos econômicos da população e da congregação
- meios de transporte
- moradia da população
- renda familiar, aluguéis
- saneamento básico
- estudo sócio-econômico da comunidade
- aspectos sociológicos: família, língua falada, etnias
- educação pública e privada
- sodalícios paroquiais
- batismos
- confirmações
- ofícios religiosos
- finanças da paróquia

Em 1961, o bispo John Bentley, diretor do Departamento de Além-Mar, havia sugerido que a igreja brasileira solicitasse sua autonomia. Em tom diplomático, mas ainda com laivos de histórica

dependência, o editorialista do jornal da igreja, escreveu: “A autonomia nasceu não de algum movimento de rebeldia contra a tutela da igreja-mãe ou de falsos pruridos nacionalistas, que felizmente não chegaram a existir no ambiente da igreja a que pertencemos, e sim, da sábia iniciativa de nossa amada igreja-mãe, que nos considera já suficientemente maduros para gozarmos do privilégio de autodeterminação e nos convida a estudarmos um plano de autonomia administrativa para a igreja no Brasil” (*Estandarte Cristão, agosto de 1961, p. 11*)

1965 - Fomos pioneiros na autonomia na América Latina. Segundo o bispo Egmont Machado Krischke, Autonomia significava contribuição financeira e esta estava na razão direta da nossa fé. Sem bases espirituais e estáveis, a autonomia não seria alcançada e não traria os resultados para os quais havia sido planejada.

Concordata. O texto elaborado pela igreja brasileira em 1961 incluía:

1. O Quadrilátero de Lambeth.
2. A igreja americana reconhecia a jurisdição da igreja brasileira no seu território.
3. A igreja brasileira permanecia fiel ao LOC e submeteria futuras revisões a ECUSA, bem como sua constituição e cânones sobre eleição e sagração de bispos, ministério ordenado, laicato, LOC, Comissão Permanente e organização de dioceses.
4. A constituição e cânones não seriam alterados no período de 10 anos, salvo com permissão da Câmara dos Bispos da ECUSA.
5. A igreja brasileira teria o compromisso de intensificar o programa de recrutamento de pessoal; a igreja americana cooperaria com pessoal e finanças, especialmente no campo da educação teológica.
6. A igreja brasileira intensificaria esforços de auto-sustento.

Os documentos e anexos deviam incluir:

1. Uma declaração de fé e ordem
2. Um plano financeiro
3. Uma estrutura canônica
4. Uma declaração de responsabilidade pela evangelização no Brasil
5. Uma declaração de participação na missão mundial.

A igreja americana não estava pensando em termos de uma concordata, mas em termos de uma autonomia total. A ECUSA estava mais preocupada com a participação da igreja brasileira na missão mundial.

1966 - As comissões de finanças das dioceses e do Sínodo tomaram as seguintes decisões:

- a) suprimir despesas supérfluas;
- b) reduzir o ritmo de alguns programas diocesanos;
- c) congelar o salário do clero no meio do ano como era praxe;
- d) insistir no pagamento integral das cotas paroquiais.

Plano Decenal (1972-1982)

Nos primeiros cinco anos, a igreja americana continuou enviando 324.000 dólares anuais. A partir do sexto ano, começou a reduzir 20% (64.800 dólares) por ano até dezembro de 1982, quando a igreja brasileira passou a viver com recursos próprios.

A autonomia mudou a face da igreja, principalmente depois da implantação do Plano Decenal. Embora tivesse significado a concretização de antigos anseios, a autonomia revelou

também uma série de dificuldades, constatadas principalmente na existência de um laicato não preparado para o exercício da mordomia cristã. O espírito nacionalista fechou a igreja na sua relação com o exterior. Houve queda de qualidade do trabalho pastoral, porque muitos clérigos foram obrigados a exercer atividades seculares por razões financeiras, gerando afastamento dos poucos colegas de tempo integral.

O plano decenal reduziu os recursos vindos do exterior, aumentando a preocupação daqueles que ainda não estavam convencidos do sucesso das mudanças. Os mais conservadores diziam que faltaria dinheiro para fazer a igreja crescer (no que estavam certos), embora o corte de verbas não fosse a principal causa das dificuldades previstas para o futuro. O problema maior estava no fato de que a dotação da igreja americana para expansão e ordenados vinha crescendo nos últimos anos, e agora não iria aumentar, mas diminuir anualmente. Manter o que já existia não seria o maior problema. O maior problema estava na expansão missionária: a igreja corria o risco de não crescer. Nos primeiros cinco anos do Plano Decenal, a igreja pouco sofreu os efeitos da inflação, que chegou a 84% ao ano, porque o câmbio compensava a diferença na despesa.

Conseqüências positivas

- criação de novas dioceses
- expansão para o nordeste
- filiação ao CMI (1966)
- missionários brasileiros no exterior (1967 Portugal; 1971 Moçambique)
- formulários litúrgicos próprios
- província anglicana e um bispo primaz
- crescimento de 42% nas confirmações
- melhoria na conscientização dos leigos pela mordomia cristã
- emancipação de várias paróquias
- criação do fundo de aposentadoria
- transição da liderança estrangeira para liderança nacional
- nova sede provincial
- nova estrutura administrativa nas dioceses: secretariado
- integração das capelarias inglesas
- conceito do ministério de todos os cristãos

Conseqüências negativas

- diminuição do trabalho pastoral
- enfraquecimento do ministério de tempo integral
- diminuição dos recursos financeiros
- fechamento para o exterior
- diminuição da educação religiosa (escola dominical)
- lento crescimento da igreja
- fechamento do Seminário Teológico de São Paulo
- coincidência da autonomia com o regime militar

Para concluir, o conceito de sustento próprio era um conceito local. A comunidade local devia providenciar no sustento de seu pároco. Esse conceito deu origem a um espírito paroquialista, um mal do qual ainda sofremos hoje, prejudicando a comunidade maior, a igreja. O método empregado partia do individual para o coletivo. Era crença comum que, emancipando-se as paróquias locais, toda a igreja seria emancipada. Mas a história mostrou que isso não aconteceu. A razão disso é que o sustento próprio sempre esteve baseado num só pilar: as contribuições voluntárias do povo. O próprio conceito autonomia estava alicerçado nesse fundamento. Buscava apoio no exemplo das comunidades primitivas: *“Todos os que criam estavam juntos e unidos e*

repartiam uns com os outros o que tinham. Vendiam as suas propriedades e outras coisas e repartiam o dinheiro com todos, de acordo com a necessidade de cada um” (Atos 2:44-45).

A verdade é que o conceito local de sustento próprio não emancipou a igreja. Hoje temos algumas paróquias ou clérigos emancipados. Penso que é a diocese e a igreja nacional como um todo que precisam ser emancipadas e não apenas a paróquia local. A eclesiologia anglicana é inclusiva e não divisiva.

Como vimos, nossas dificuldades financeiras de hoje têm raízes históricas. O problema da pequena contribuição financeira de nossos paroquianos remonta ao início da obra missionária. Para contrastar com a prática mercantilista da Igreja Católica Romana, os missionários deram a impressão de que o evangelho não precisava do apoio financeiro daqueles que a ele se convertiam.

DÍZIMO

Significado

A palavra “dízimo” significa a décima parte, contribuição/pagamento da décima parte da renda ou de algum valor ou de alguma coisa.

No grego, dízimo é *dékatos* e no hebraico *maáser*. Da palavra dízimo surge o verbo “dizimar”, o qual no Novo Testamento é expresso por *dekatóo* (coletar, receber o dízimo) e *dekatóomai* (pagar o dízimo) – conferir Hb. 7.2,6,9.

O verbo “dizimar” pode significar também destruir, devastar e matar. O exército romano era dividido em legiões; cada legião era dividida em centúrias e cada centúria tinha cem homens. Os generais sorteavam para a morte a décima parte de uma centúria, ou seja, faziam parte desse sorteio os soldados (centuriões) que por algum motivo fracassavam nas batalhas ou na disciplina. Daí vem a idéia de associar dizimar (a décima parte) com a idéia de morte e devastação.

O dízimo na Cultura Antiga

A prática do dízimo era comum nas culturas mais antigas, mas nem sempre tinha o mesmo significado e propósito nas variadas culturas. O dízimo poderia não significar exatamente 10% de algo, mas qualquer parcela inferior ou superior a 10%. No Oriente Antigo, o dízimo era um tributo pago/dado a alguém (geralmente rei, governador, sacerdote, rei-deus, rei-sacerdote, deuses). Podemos encontrar essa prática nas civilizações antigas como na Babilônia, na Pérsia, na Arábia, no Egito, na Grécia e em Roma (embora posteriormente, o Império Romano não mais praticasse o dízimo como imposto político-religioso, mas substituiria por impostos e taxas).

No Egito, o faraó era um rei-divino que manipulava as riquezas do país junto com os sacerdotes. O faraó era filho dos deuses, filho do deus sol. A terra era propriedade dos deuses. Então, o faraó era representante dos deuses, seu herdeiro. Da terra era preciso pagar tributo ao faraó, um dízimo de 20% de tudo que era produzido (confirmar Gn. 47.24).

O dízimo nem sempre correspondia a produtos para “sobrevivência” como comida e outras coisas mais, porém, poderia ser o despojo da guerra no sentido mais amplo: desde objetos pessoais até escravos.

Nem sempre o dízimo significava tributo a Deus no Templo ou santuário. Deus poderia ser representado pelo sacerdote ligado ao rei (dominador) e pelo Templo, a casa do tesouro do Estado manipulado pelo rei e pelos “seus”. Exemplo: o templo de Melkart em Tiro, e Delfos, na Grécia, como citado na Guerra do Peloponeso por Tucídides.

Uma outra coisa a ser salientada é que o dízimo poderia ser voluntário ou obrigatório, regular ou esporádico, dependendo da cultura. O dízimo está associado desde muito tempo não só ao tributo aos reis, mas também à manutenção dos templos e despesas dos funcionários. Como já foi citado, o Templo era ou tinha uma sala de tesouro para armazenar dinheiro, jóias, e até comida que muitas vezes poderia ser convertida em dinheiro, como era o caso dos grãos e tâmaras. O gado era marcado com o símbolo do Templo, etc.. Os produtos agrícolas eram consumidos pelos funcionários dos templos (documentos babilônicos); gados e ovelhas eram sacrificados e serviam de alimentos. Em alguns casos ninguém ficava isento do dízimo, até os funcionários dos templos pagavam-no.

O povo de Israel e o dízimo

O povo de Israel não ficou fora desse costume, porém, com alguns detalhes diferentes das culturas do Oriente próximo. Há uma relação “povo-terra-fruto-Deus” que permeia todo o universo do povo de Israel. Embora existessem contradições quanto à forma de dizimar, entretanto, havia o consenso de que era preciso pagar o dízimo como dever/obrigação/consciência/fé/alegria/agradecimento. No entanto, é preciso salientar que o dízimo não era de cunho cültico-religioso, como as ofertas das primícias.

Depois do Exílio, Esdras e Neemias restabeleceram este costume e as antigas práticas, que permaneceram até o período do 2º Templo. Com o esmagamento da revolta judaica, os judeus viveram uma segunda diáspora. A cobrança do dízimo era feita em dinheiro (segundo a Torah e o Talmud), nas comunidades judaicas da diáspora, mas gradualmente. Devido à destruição do Templo, foi substituída por outras contribuições ou tipos de contribuição.

Nas atuais comunidades judaicas, as ofertas são voluntárias como contribuições para obras de caridade, previdência social e beneficência e fins cúltricos.

As primícias e o dízimo

Como já foi mencionado antes, o dízimo não apresenta um caráter religioso-cúltrico, mas é tido como uma forma de contribuição para a manutenção do Templo e da conservação deste, bem como apresenta um dever diante das pessoas necessitadas do povo de Israel.

Aquilo que nós podemos dizer que tem um caráter religioso-cúltrico para o povo judeu é a oferta das primícias e dos primogênitos. Essa oferta está ligada à idéia do Deus como origem, primeira “coisa” ou “ser”, a *arkhé* grega ou o *en arkhé/bereschit*. É a ligação, a causa e o efeito de todas as coisas. O ser humano vislumbra, maravilha-se e se alegra diante das obras e dos primeiros frutos, levando a oferta das “primeiras coisas” *arkhai* para o Deus que é/está no princípio de tudo. Isto é visto com espontaneidade, com gratidão e de forma despojada daquele que tem o compromisso com Deus (Gn. 4.2-5, Ex. 23.19; 34.26; 13.1-2; 13.11-13; 22.28-29; 34.19-20; Dt. 15.19-23; Lv. 23.9-14).

Parece uma relação de amor e gratidão, pois Deus havia livrado os primogênitos no Egito, ao mesmo tempo, a oferta das primícias faz uma ligação da libertação-povo-terra prometida-agradecimento. O Talmud fala sobre as primícias e como o agricultor deve marcar as primeiras frutas: um fio colorido em volta da película da fruta, quando percebe que está amadurecendo, depois quando na colheita, separar os melhores para a oferta das primícias a Deus. As ofertas das primícias não apresentam cotas ou quantidade que deva ser oferecida (Talmud: segundo a generosidade de cada um 1/50, 1/60, 1/30) e as primícias devem ser apresentadas no lugar escolhido por Deus (Dt. 12.17-19) e ao mesmo tempo as primícias eram produtos típicos de Israel: trigo, cevada, uvas, figos, romãs, oliva, mel de tâmaras (Dt.8.8).

As primícias estavam, de fato, ligadas a uma disposição do povo de Israel de louvar e agradecer a Deus, de tomar os acontecimentos históricos como fatos miraculosos liderados por Deus diante do seu povo. A oferta das primícias faz parte do culto judaico, é o ritual do ofertório engajado na gratidão, ou como o povo cristão fala, Eucaristia; é o agradecimento pelas bênçãos recebidas. É uma afirmação, re-afirmação e formulação de fé: fui liberto/agradeço a Deus. Essa relação de gratidão é uma relação de amor a Deus e ao próximo (Dt. 26.1-11).

O dízimo difere das primícias/primogênitos no seguinte: o objetivo principal do dízimo é garantir uma estabilidade enquanto instituição, no sentido mais amplo, do templo e de seus funcionários, e, sobretudo, das pessoas necessitadas.

Como foi dito antes, há contradições e conflitos quanto a forma de dizimar:

- a) a primeira é expressa em Lv. 27.30-33. Temos a consciência de dizimar a Deus;
- b) a segunda é expressa em Nm.18.20-24. Temos a consciência de dizimar para cooperar com as pessoas que trabalham no Templo ou Tenda da reunião, para compensar os seus serviços (os levitas) “bem como a manutenção do espaço cúltrico”.
- c) a terceira é expressa em Dt. 14.22-29. Temos a consciência de dizimar diante de Deus, em lugar apropriado, para nosso bem estar e também para ajudar às pessoas funcionárias do Templo (tenda) e às necessitadas.

Não há um conflito no “como dizimar” propriamente, mas “em qual a finalidade do dízimo?” e “para quem vai o dízimo?”. Nas duas primeiras formas chamadas de 1º dízimo, e a terceira, 2º dízimo, ou seja, temos o seguinte:

Oferta (primícias)

1º dízimo - a Deus, à instituição

2º dízimo - para o bem estar de todas as pessoas (de quem oferta e de quem recebe).

É óbvio que raramente levavam em consideração uma coisa como oposta a outra, mas tentavam harmonizar esses dízimos ou as formas de dizimar, num único objetivo: é preciso dizimar.

O Talmud e a tradição rabínica partem do pressuposto de que é das três formas, com esses objetivos, que devemos dizimar:

- o 1º dízimo;
- o 2º dízimo/dízimo das pessoas pobres;
- e ainda junto com esses: a declaração do dízimo como declaração de fé (Dt.26.12-27).

É importante salientar que o mais importante é ter consciência de dizimar perante Deus: a Ele, para cooperação com a instituição e para ajudar às pessoas necessitadas e reconhecer o seu papel e sua disposição

do ser humano temente a Deus e cumpridor das suas obrigações; feliz com Deus feliz com todas as pessoas, cooperador com o dízimo, não como objetivo cúlrico, mas como compromisso de contribuir com a própria instituição; é viver o dízimo como compartilhar as coisas e tê-las em comum com sua família, sacerdotes (funcionários do Templo) e às pessoas necessitadas (Dt. 14.22-24; 26.12-27). Os textos aludem aquilo que posteriormente vai ser vivido nas comunidades cristãs primitivas: Ter tudo em comum. Embora no Novo Testamento não exista nenhuma citação de dízimo no sentido de ordenança ou ordem, há uma oferta voluntária nas comunidades cristãs para o bem estar de todas as pessoas.

O povo cristão e o dízimo

Como foi mencionado antes, não há uma institucionalização do dízimo nas comunidades cristãs primitivas. Se houvesse seria como uma construção a partir do 2º dízimo/dízimo das pessoas pobres, num sentido de partilha e com/partilhar de tudo (em comum): comer, beber, alegrar-se umas pessoas com as outras, cooperar. Nos quatro evangelhos só há três citações sobre o dízimo e duas são as mesmas. Marcos e João não falam nada sobre o dízimo. Mateus e Lucas trabalham os textos como críticas aos judeus farisaicos. (Conferir Mt. 23.23-24; Lc. 11.42; 18.9-14).

Nos Atos dos Apóstolos não há citações sobre o dízimo nem nas cartas paulinas ou nas gerais. Mas em Hebreus 7, podemos notar uma citação do episódio Abraão/Melquisedec. O importante é entender que as comunidades primitivas não eram instituições propriamente ditas. Não havia uma organização eclesíastica como temos hoje, eis porque não há uma idéia de dízimo dentro delas, mas ligada ao templo, pois as comunidades no início ainda viviam na dialética “viver como judeu ou não”.

O povo cristão vivia mais ou menos no ideal de dízimo expresso em Dt.14.22-29, principalmente no tocante às pessoas necessitadas. As ofertas aparecem como as primícias, como uma oferta voluntária. Com o passar do tempo as ofertas passaram a ser tidas como dízimos.

Santo Irineu era a favor da oferta voluntária (século II), São Jerônimo e São João Crisóstomo (século IV) eram a favor do dízimo.

Na verdade, o que se tem é muito mais uma solidariedade e um compromisso para assegurar a sobrevivência do grupo (das pessoas cristãs). Mas não é uma ordem, é um compromisso como pessoa cristã que a leva a viver e compartilhar para melhoria e para fortalecimento do grupo. Não se fala em “dízimo” como entendemos a partir de uma instituição, mas alerta para nosso compromisso enquanto pessoas cristãs. Vários textos alertam para as obras de misericórdias e compromissos dentro das comunidades. Mas também no final do século I e início do século II, parece haver uma conscientização sobre o sustento dos “profetas” ou presbíteros (bispos) nas comunidades, além do trabalho para com as pessoas pobres, fazendo uma alusão aos levitas e às pessoas necessitadas, como está escrito na Torah a respeito do dízimo. Alguns textos do Novo Testamento são bem explícitos no tocante a vivência cristã das comunidades primitivas:

“Todos os que creram estavam juntos e tinham tudo em comum. Vendiam as suas propriedades e bens, distribuindo o produto entre todos, à medida que alguém tinha necessidade.” (Atos 2.44-45).

“Da multidão dos que creram era um o coração e a alma. Ninguém considerava exclusivamente sua nem uma das cousas que possuía; tudo, porém, lhes era comum. ... Pois nenhum necessitado havia entre eles, porquanto os que possuíam terras ou casas, vendendo-as, traziam os valores correspondentes e depositavam aos pés dos apóstolos; então, se distribuía a qualquer um à medida que alguém tinha necessidade.” (Atos 4.32,34-45).

Nestes textos vemos como eram divididos os bens e as propriedades. Não havia indigentes entre eles. Ninguém se considerava dono de nada. Tudo era comum entre eles. Era uma comunidade igualitária, sem hierarquização ou instituição, mas engajada e militante.

Atender às pessoas necessitadas parece uma prerrogativa desse movimento do século I (Tg.1.27). Mais uma vez podemos fazer uma ligação do dízimo com as pessoas necessitadas da “terra” ou *am haarets* (povo da terra). Esse compromisso permeia todo o universo cristão, toda a realidade dos primeiros cristãos, e não se trata de mera esmola, mas de um compromisso que move a todos dentro da vida segundo Cristo (Rm. 15.25-28, Ef. 4.28, I Tm. 5.16-18, Tt.3.14, Gl.6,10, I Cor. 16.1-2). Mas adiante, as comunidades não verão as ofertas como uma coisa que se deve fazer enquanto parte do culto, mas como contribuição para sustento dos pastores (além dos pobres) como já foi mencionado antes. Uma consciência de contribuição e colaboração para a Igreja (no sentido de pessoas) está no ar das comunidades primitivas. Mas há outra coisa a ser

comentada: não há um corpo partido (em partes) separadamente, mas vários membros formando e se unindo em um só corpo – a Igreja.

Se a Igreja hoje tem patrimônio é para ser conservado pelos seus membros. É preciso guardar a ordem e o bem estar de todas as pessoas: tanto no que diz respeito às pessoas como ao patrimônio e à instituição em si. A Igreja precisa, de alguma forma, sustentar às pessoas que são co-operadoras da Palavra, co-operar com as co-operadoras. Paulo tinha a consciência de que a Igreja deveria colaborar com o sustento daquelas que anunciam o Evangelho (I Ts. 5.12; I Tm.5.17-18; Gl. 6.6; I Cor. 16.10; I Cor. 9.6-15,18): “Digno é operário do seu salário”.

De algum modo, um embrião da idéia do sustento e conservação da instituição (pessoas e patrimônio) vai tomando forma. É óbvio que a comunidade primitiva não trabalhava com um patrimônio, mas com pessoas, visto que a Igreja primitiva não possuía templos, “escolas” ou “creches”. Certamente por isso é que não temos uma citação direta sobre a conservação de patrimônios e sua manutenção através do dízimo, mas por outro lado, aponta para o sustento e ajuda às pessoas pobres.

Um texto muito interessante sobre as primícias (ofertas) ligadas a uma idéia de dízimo judaico é o capítulo 13 da *Didakhê* (Doutrina dos Doze Apóstolos) escrita aproximadamente no fim do século I. Tento traduzir com maior fidelidade ao texto grego, para uma melhor visualização da idéia dos primeiros cristãos, acerca das ofertas:

1. Porém, todo profeta verdadeiro, querendo se fixar entre vós, digno é de seu sustento (grego *προφη*).
2. Do mesmo modo, o professor verdadeiro é digno também (ele) assim como o operário, do seu sustento.
3. Portanto, toda(s) a(s) primícias(s) dos produtos da prensa e da eira, dos bois e também das ovelhas, recebendo (tu), darás a(s) primícia(s), do grego *απαρχη*, aos profetas. Eles, pois, são os sumo-sacerdotes vossos.
4. Se, porém, não tiverdes profetas, dai aos pobres.
5. Se fizeres comida (preparares os grãos), recebendo (tu) a(s) primícia(s), dá segundo o mandamento.
6. Do mesmo modo, tendo aberto o cântaro de vinho ou azeite, recebendo (tu) a(s) primícia(s), dá aos profetas.
7. Recebendo, porém, da prata e da vestimenta e de toda a propriedade a(s) primícia(s) assim como a ti parecer, dá segundo o mandamento.

O texto nos lembra os textos sobre o dízimo: Nm. 18.20-24; Dt.14.22-29. E também relembra as primícias. A pergunta que não quer calar é: será que as primícias e o dízimo estão formando uma só coisa? Se não, então por que o texto cita “primícias” com dados que nos lembram os mandamentos do dízimo? Sejam primícias ou dízimo, o texto aponta para um outro dado: “o sustento”, “digno de sustento”.

Os dois primeiros versos têm uma correspondência com o texto de I Tm. 5.17-18: “*Digno é operário dos seu salário*” (*μισθος*). Salário e sustento se correspondem, comparando com o versículo 2 aparece em I Tm. 5.18. Então, o texto alude ao sustento dos co-operadores, dos co-operários: profetas (presbíteros e bispos) e dos mestres (professores), ou seja, da Igreja. Não se trata de sustentar mercenários, mas verdadeiros profetas e mestres (aqueles que promovem Cristo). Um pouco mais adiante, nos versos 3 e 4, o texto nos alude aos textos do dízimo: “*aos filhos de Levi dou por herança todos os dízimos arrecadados em Israel, em compensação pelos seus serviços (na Tenda da reunião)*” (Lv. 18.21). As primícias têm uma ligação com a palavra dízimo na *Didakhê*. Além disso, profetas, levitas, sumo-sacerdote parecem se corresponder. Os levitas trabalham junto aos “sacerdotes” no “templo” (Nm. 3.6-7), mas ao mesmo tempo são homens sem terra, precisam do sustento, não só pelo serviço, mas pela sua realidade. Os sacerdotes são aqueles que recebem as primícias/primogênitos e realizam sacrifícios, mas comiam do pão da propiciação, das carnes, etc.. São pessoas consagradas que vivem do sustento advindo do Templo ou ao Templo pelos seus trabalhos. Ora, a alusão ao dízimo junto com as primícias parece ser uma realidade na Igreja primitiva, embora uma seja extra-culto e a outra de cunho religioso e cültico.

De uma forma ou de outra, o texto nos diz a respeito do sustento aos profetas (presbíteros/bispos), dos mestres, e da ajuda às pessoas pobres, aludindo ao texto do dízimo em Dt. 14.22-29, como uma relação “eu” – os levitas – os necessitados ou “eu” – os profetas – os pobres. Se o texto fala de primícias, certamente deveriam ser ofertas “primevas”, mas o desenrolar do texto aponta para o dízimo como partilha para a realidade da Igreja; primícia (primeiros frutos) – dízimo (meu compromisso como pessoa cristã) fazem uma leitura do engajamento da pessoa cristã “segundo a Lei”. Uma coisa é certa: a Igreja vive da cooperação de todas as pessoas que dela fazem parte, seja as primícias como oferta de agradecimento, sejam as primícias como dízimo, no sentido de promover o sustento da Igreja como instituição, ou como ajuda às pessoas necessitadas, promovendo o bem estar de todas.

Se o povo cristão tirava as primícias do seu gado, ovelhas, da comida, do vinho, do azeite, da prata, da roupa e de toda a sua propriedade para promover o sustento das comunidades, dos profetas, dos mestres e

das pessoas pobres, parece bastante plausível que as primícias (ἀπαρχή) são, neste sentido, a realidade do dízimo, não como imposto, tributo ou taxa, mas como compromisso de pessoa cristã (“como a ti parecer” – “como a ti parecer bom ou melhor”).

Muitas pessoas dentro e fora da Igreja argumentam que o “dízimo” ou a “ordenança do dízimo” não consta no Novo Testamento, mas no Antigo Testamento, e por isso acham desnecessário o dízimo na realidade cristã. Em parte se pode concordar que não há nenhuma ordenança explícita a respeito do dízimo no Novo Testamento, mas argumentar que só consta no Antigo Testamento e por não segui-lo é uma leitura fechada da história e da realidade da Igreja. Tantas coisas não constam no Novo Testamento ou na Bíblia, mas a Igreja segue e acredita: a doutrina da imortalidade da alma, o batismo por aspersão, a idéia da ceia, o batismo como sacramento (confere graça), a hierarquia clerical e tantas outras coisas. Há quem faça uso do Antigo Testamento quando quer falar sobre vestimentas clericais, argumentando que é bíblico, ou também o usa para legitimar a hierarquização, já que a realidade cristã primitiva não apresenta tal idéia, que é comum no judaísmo institucionalizado (Ex.39).

O ideal proclamado no Novo Testamento não necessita de lei para ofertar, pois o AMOR deve motivar a não ficar aquém, mas além do dízimo. O ideal é a partilha dos bens como se vê em Mc.10.17-31, em At. 2 e 4 e também em II Cor. 8 e 9.

A Igreja deve viver não de migalhas que caem da mesa, mas das primícias da comida que está sobre a mesa, as primícias como oferta de contribuição e sustento para bem estar de todos. Não é usura ou simonia, mas dízimo apresentado ao Senhor. Para nosso bem, dos dirigentes e das pessoas necessitadas.

Pastores e pastoras vivem da contribuição de toda a Igreja (*Didakhé*), do seu salário e sustento. Quem pode promover isto se não for toda a Igreja (membros, pastores)? A Igreja não é sustentada pelo Estado (realidade brasileira) e não pode viver das migalhas da Igreja estrangeira. Ela tem de ser autônoma, de fato e de direito. É a *autonomia kai eleutheria* (autonomia e liberdade).

Temos de deixar de lado a imagem dos pseudo-profetas, dos mercenários e dos promovedores de milagre-dinheiro, que isso não nos faz bem. Temos de viver uma realidade de Igreja engajada, militante e dizimista com compromisso.

Vamos apresentar a Deus nossos dons e talentos, nossas primícias/dízimo:

“Trazei todos os dízimos ao Templo para que haja mantimento em minha Casa.”(Ml.3,10a).

Porto Alegre/RS, setembro de 2004.

David Pessoa de Lira⁷

Bibliografia:

- ALMEIDA, João Ferreira de Almeida (tradutor), *A Bíblia Sagrada – Antigo e Novo Testamento*, 2ª edição, Sociedade Bíblica do Brasil, São Paulo, 1997.
- BUENO, Daniel Ruiz, *Padres Apologistas Griegos (s. II)*, La Editorial Católica S.A. Ap.466, Madri, 1954.
- NESTLE, Aland, *Novum Testamentum graece*, Deutsche Bibelgesellschaft, 27ª edição, Alemanha, 2001.
- OLIVEIRA, Paulo José F. de, *Desmistificando o Dízimo – O que a Bíblia realmente ensina sobre o dinheiro*, ABU Editora, 2ª edição, São Paulo, 1999.
- RUSCONI, Carlo, *Dicionário do Grego do NT*, Editora Paulus, São Paulo, 2003.

⁷ Mestrando em Teologia da Área de Bíblia, Exegese do Novo Testamento, na Escola Superior de Teologia – Instituto Ecumênico de Pós-graduação, membro da Diocese Anglicana do Recife.

OFERTÓRIO

*“Oferece a Deus ações de graças;
e cumpre teus votos ao Altíssimo.”*
(Sl.50,14)

Como nos lembra nosso irmão Michael McCoy em seu livro “O Povo das Boas Novas – Década de Evangelização”: “*Nossa liturgia eucarística também precisa ser o centro e a motivação da nossa busca missionária.*”

Sobre a Eucaristia ele registra ainda que “*é o alimento precioso para os missionários, pão e vinho para os peregrinos na sua caminhada apostólica*”, a partir do documento do CCA de 1982.

Concordando com ele, mas sem nos determos em refletir sobre todas as partes da Eucaristia, embora devamos entendê-la como um todo, propomos que especialmente a partir do mês de outubro, mês das vocações, pensemos conjuntamente no Ofertório, sua história e suas modalidades ao longo da História da Igreja.

No Livro de Oração Comum (LOC), as alternativas de rito da Santa Eucaristia (trazem, cada qual, duas partes:

- Liturgia da Palavra (que antigamente era chamada de Ante-comunhão) e
- Celebração da Santa Comunhão.

A Celebração da Santa Comunhão se desdobra em três partes:

- Ofertório;
- Consagração;
- Comunhão.

E como já dissemos, é sobre o Ofertório que pretendemos voltar nossa atenção.

O Ofertório, também chamado “preparação da Eucaristia”, por sua vez, é composto de duas partes:

- a dádiva de nossas ofertas (dinheiro e outros frutos do trabalho humano);
- a oferenda de nossas oblações de pão e vinho (e água);

A principal ação no Ofertório é a colocação de nossas ofertas de pão e vinho (e água) sobre o Altar. Há registros de que na Igreja Primitiva cada pessoa comungante trazia sua própria oferta destas oblações, levando-a à Santa Mesa por ocasião do Ofertório. O pão e o vinho era trazido pelo povo, provendo, assim, alimento eucarístico para todas as pessoas que faziam parte da comunidade. Na Idade Média o povo não levava oferendas, porque já não mais comungava freqüentemente; por isso o sacerdote ou o seu assistente fazia as oferendas do pão e do vinho por essas pessoas. Mas em tempos mais recentes tem-se na pessoa do/a acólito/a a representante da congregação neste ato. Embora em muitas comunidades esteja sendo reavivada a prática antiga onde pessoas da congregação trazem à quem preside à celebração eucarística as ofertas do pão e do vinho, do corpo principal da Igreja, bem como as ofertas em dinheiro. Ou seja, mesmo não mais trazendo o pão e o vinho de casa, “o rito de levá-los ao Altar conserva a mesma força e significado espiritual”⁸

A coleta do Ofertório

“A coleta na hora da preparação das oferendas constitui um rito, um ato de culto, uma verdadeira oração.” Isso se entendermos “rito” como um ato de culto, ou, como é entendido na liturgia moderna, como um “conjunto das formas que constituem um ato particular do culto”⁹

Na história da liturgia a Eucaristia está muito ligada ao serviço da comunidade, principalmente do povo pobre e necessitado. No Judaísmo, no qual o Cristianismo tem seu berço, na liturgia das sinagogas era feita uma coleta em favor das pessoas necessitadas no final da celebração.

Registra-se que em meados do século II, ao final da Eucaristia as pessoas cristãs colocavam aos pés de quem presidia a celebração, algo de seus bens para auxílio às pessoas necessitadas. “Aos poucos esta ação começou a fazer parte do rito de preparação das oferendas”¹⁰. Pode-se dizer que esse rito assemelha-se a “esmola”, ou seja, do dar sem querer retribuição, do dar de graça.

⁸ Paulo VI, “Introdução ao Missal Romano – Por Cristo, Com Cristo, Em Cristo”, página. 39.

⁹ Dr. Hugo Schlesinger e Pe. Humberto Porto, “Crenças, Seitas e Símbolos Religiosos”, página 322.

¹⁰ Frei Alberto Veckhäuser, ofm, “A Liturgia da Missa – Teologia e Espiritualidade da Eucaristia”, página 56.

Com esse rito o ser humano celebra sua capacidade de ser uma pessoa generosa, a exemplo de Deus que em Jesus Cristo, no mistério de Sua doação total, doação sempre presente na Eucaristia. Assim também as pessoas cristãs entram na atitude de doação de Cristo, quando se entregam a serviço uma das outras. E essa atitude é ritualizada no gesto de dar algo do que é seu.

A partir do século III a contribuição das pessoas cristãs por meio das oferendas se converte em costume geral.

No começo do século IV, nos Sínodos de Elvira e Niceia, aparece como costume geral que as pessoas tragam oferendas para a celebração da Eucaristia e as apresentem em procissão¹¹. As contribuições das pessoas cristãs se convertem em oferendas no sacrifício¹². Ou como se lê as palavras do próprio Santo Agostinho: “Tal mistério a Igreja também o celebra assiduamente no sacramento do altar, conhecido dos fiéis, em que mostra que se oferece a si mesma na oblação que faz.”¹³

E foi a partir do século IV que essa prática tornou-se comum em todas as liturgias; se podia levar diariamente as oferendas ao Altar (assim fazia Santa Mônica, mãe de Santo Agostinho de Hipona)¹⁴.

Do século VII tem-se o registro de que a procissão das oferendas acontecia entre o oferecimento que o sacerdote faz do pão e do vinho e o ato de lavar as mãos como símbolo de sua purificação¹⁵.

Algumas modalidades de ser fazer a coleta do Ofertório:

- fazer circular vários cestos ou bandejas, que ao chegarem ao fundo da igreja são recolhidos e trazidos para junto do Altar;
- fazer com que alguns membros da junta paroquial ou o conselho de missão faça circular “salvas” em toda a comunidade e que apresentem a coleta diante do Altar ou as entregue a quem está acolitando junto à pessoa que está presidindo à celebração;
- fazer uma procissão onde membros da comunidade levam o pão e o vinho até o Altar e em seguida toda a comunidade, cada pessoa à sua vez, levanta-se em direção ao Altar, para ofertar-se no gesto de ofertar dinheiro para o sustento da igreja, deposita seu envelope dentro do cesto em frente ao Altar;
- fazer uma breve procissão de entrega do pão e do vinho, podendo, em seguida, “incensar as oferendas colocadas no altar, para simbolizar deste modo que a oferenda e a oração da Igreja sobem, qual incenso, à presença de Deus. Também o sacerdote e o povo podem ser incensados pelo diácono ou por outro ministro, depois de incensadas as oferendas e o altar.”¹⁶;
- fazer uma grande procissão em Grandes Festas do calendário cristão, como Páscoa, Natal e Pentecostes; também em celebrações de Concílios, aniversário da Diocese e da comunidade, onde frutos do trabalho de pessoas da comunidade poderão ser ofertados em conjunto com o dinheiro que será ofertado para o sustento da Igreja;
- que as oferendas às pessoas necessitadas (roupas, alimentos, etc., também sejam levadas e depositadas numa cesta especial em frente ao Altar), seguindo a procissão do Ofertório, onde os elementos do pão, vinho e água serão levados até o Altar¹⁷;

¹¹ P. Jose^a Jungmann, si, “El Sacrificio de la Misa – Tratado Historico-liturgico”, página 551.

¹² (sacrifício como bem entendeu Santo Agostinho, que baseado nos conceitos do sacrifício eterno de Cristo – Hb.9.14 – e da unidade do povo cristão com Cristo, ele diz: “Eis o sacrifício dos cristãos; muitos um só corpo em Cristo (...) a igreja se oferece a si mesma na oblação que faz [a Deus]” James F. White, “Introdução ao Culto Cristão”, página 194.

¹³ Santo Agostinho, “A Cidade de Deus”, página 55.

¹⁴ P. Jose^a Jungmann, si, “El Sacrificio de la Misa – Tratado Historico-liturgico”, página 554.

¹⁵ P. Jose^a Jungmann, si, “El Sacrificio de la Misa – Tratado Historico-liturgico”, página 563.

¹⁶ Paulo VI, “Introdução ao Missal Romano – Por Cristo, Com Cristo, Em Cristo”, página. 40.

¹⁷ Nas rubricas do Livro de Oração Comum de 1903, 1930 e 1950, lê-se que: após a leitura duma das sentenças do Ofertório, os diáconos, guardiãs ou outras pessoas designadas faziam a coleta do dinheiro (esmolas e outras ofertas do povo), entregando-a ao Presbítero que humildemente as colocava sobre o Altar.

Rubricas do LOC e a Procissão de Ofertório

Nas rubricas do Ofertório nos ritos I e II, páginas 61 e 75, lê-se, respectivamente, que:

*“*O celebrante poderá iniciar o Ofertório com a sentença seguinte, ou com outra da página 97, ou ainda outra das Escrituras.*

Apresentemos ao Senhor a oferta de nossa vida e do nosso trabalho.

**Poder-se-á cantar um hino ou um salmo durante o Ofertório.*

** Os membros da congregação trarão oferendas do Pão, Vinho, dinheiro e outras e entregarão ao Diácono ou a outro Ministro. Estando o povo de pé, as oferendas serão apresentadas e colocadas sobre o Altar.”*

A rubrica final indica-nos claramente que a congregação não deve ficar passiva, mas que cada pessoa deverá levar suas oferendas. Percebemos, então, o gesto da procissão como um gesto especial e expressivo de oferta; além de nos lembrar que o povo cristão é um povo peregrino, “povo do caminho” – como era conhecido o povo da Igreja Primitiva (ver At. 9.2). Parafraçando nosso irmão McCoy “o povo cristão é o povo peregrino na caminhada apostólica”.

Assim também como no Salmo 122.1: “*Alegrei-me quando me disseram: vamos à Casa do Senhor.*”, no gesto de caminhar em direção ao Altar, podemos ver a expressão de chegar-se a Deus e “colocar em Suas mãos” a oferta de si e do fruto do trabalho.

Participemos da procissão do Ofertório com alegria e entusiasmo e elevemos a Deus nossas ações de graças dizendo:

“... tudo vem de Ti, Senhor, e do que é Teu to damos!”
(I Crônicas 29,14b)

Porto Alegre, 22 de setembro de 2004.
Lilian Conceição da Silva +¹⁸

Bibliografia:

AGOSTINHO, Santo, *A Cidade de Deus*, Volume II, Editora das Américas S.A.- EDAMERIS, São Paulo, 1964.

BECKHÄUSER, Frei Alberto, ofm, *A Liturgia da Missa – Teologia e Espiritualidade da Eucaristia*, Editora Vozes, Petrópolis, 1988.

JUNGMANN, P.Jose A., *El Sacrificio de la Misa – Tratado Historico-liturgico*”, Editorial Herder e La Editorial Catolica, Madri, 1959.

Livro de Oração Comum, edições de 1903, 1930, 1950 e 1987.

PAULO VI, *Introdução ao Missal Romano – Por Cristo Com Cristo Em Cristo*, Editora Vozes, Petrópolis, 1995.

SCHLESINGER e PORTO, Dr. Hugo e Pe. Humberto, *Crenças, Seitas e Símbolos Religiosos*, Edições Paulinas, São Paulo, 1983.

SHPHERD, Massey H. Jr., *Adoração e Vida*, Depto. de Educação Religiosa do Conselho Nacional da IEB, Editora Metrópole, Porto Alegre, 1957.

WHITE, James F., *Introdução ao Culto Cristão*, Editora Sinodal, São Leopoldo, 1997.

¹⁸ Diácona da Diocese Anglicana de Pelotas, Diretora do Departamento de Missão da Secretaria Geral da IEAB, mestranda em Teologia, docente de Missiologia no Seminário Teológico Dom Egmont Machado Krischke (SETEK), em Porto Alegre/Rio Grande do Sul.